critérios de interpretação serão submetidos para decisão aos órgãos competentes, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Artigo 23.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no 31.º dia útil seguinte à sua publicação e afixação nos lugares de estilo dos respectivos editais.

Legislação:

Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de Novembro — aprova o Regulamento Geral do Ruído;

Decreto-Lei n.º 312/2003, de 17 de Dezembro — estabelece o regime jurídico de detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos como animais de companhia;

Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 de Dezembro — aprova o Sistema de Identificação e Registo de Caninos e Felinos;

Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro — aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais susceptíveis à raiva;

Decreto-Lei n.º 315/2003, de 17 de Dezembro — altera o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de Outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia;

Portaria n.º 421/2004, de 24 de Abril — aprova o Regulamento de Registo, Classificação e Licenciamento de Cães e Gatos (revoga a Portaria n.º 1427/2001, de 15 de Dezembro);

Portaria n.º 422/2004, de 24 de Abril — determina as raças de cães e os cruzamentos de raças potencialmente perigosos.

ANEXO I

Requerimento para captura de animais vadios e errantes

Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo

Eu, _____, residente em _____, Freguesia de _____, Concelho de Torre de Moncorvo, portador do bilhete de identidade n.º _____ de ____/____/____, do arquivo de identificação de _____, com o n.º de telefone _____, venho por este meio solicitar a captura de animais vadios que deambulam nas proximidades da minha residência.

Dados importantes:
Número de animais a capturar: _____
Espécie: _____
Raça: _____
Peso aproximado: _____
Comportamento agressivo: Sim ___ Não ___
Torre de Moncorvo, ____ de _____ de _____.

O Requerente

ANEXO II

Termo de responsabilidade de recuperação de animal capturado

Eu, _____, residente em _____, Freguesia de _____, Concelho de _____, portador do bilhete de identidade n.º _____ de ____/____/____, do arquivo de identificação de _____, e contribuinte fiscal n.º _____, declaro para os devidos efeitos que sou o legítimo detentor do animal da espécie _____, raça _____, sexo _____, com o n.º de processo _____ do Canil Municipal de Torre de Moncorvo.

Declaro também que tenho asseguradas as condições de alojamento para o referido animal, exigidas pelo Decreto-Lei n.º 314/03, de 17 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 276/01, de 17 de Outubro, com a alteração que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 315/03, de 17 de Dezembro.

Torre de Moncorvo, ____ de _____ de _____

O Detentor

ANEXO III

Termo de responsabilidade do detentor para occisão de animal

Proprietário

Nome: _____

Morada: _____

B.I. n.º _____ de ____/____/____, do arquivo de identificação de _____.

Animal

Espécie: _____; Raça: _____; Idade: _____;

Nome: _____; N.º de identificação: _____.

DECLARAÇÃO

Eu, abaixo-assinado, declaro que autorizo o médico veterinário municipal de Torre de Moncorvo a realizar a occisão do animal acima identificado e que o mesmo não mordeu ninguém nos últimos quinze dias.

Por ser verdade assino o presente termo de responsabilidade de acordo com o meu documento de identificação.

Torre de Moncorvo, ____ de _____ de _____.

O Detentor

ANEXO IV

Requerimento para recolha e destruição de cadáveres

Exmo. Sr. Presidente
da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo

Eu, _____, residente em _____, Freguesia de _____, Concelho de Torre de Moncorvo, venho por este meio solicitar a recolha de um cadáver animal, da espécie _____, que se encontra depositado em _____, Freguesia de _____, Concelho de Torre de Moncorvo.

Torre de Moncorvo, ____ de _____ de _____.

O Requerente

2611038173

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FLOR

Aviso n.º 14 764/2007

Para os devidos efeitos, torno público que, por meu despacho de 25 de Julho do ano em curso, foi aceite a pedido de Maria Amélia Valente Félix Carvalho, auxiliar dos serviços gerais, a rescisão do contrato de trabalho a termo resolutivo que mantinha com esta autarquia desde 1 de Junho de 2007, a partir de 1 de Agosto de 2007.

1 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Fernando Francisco Teixeira de Barros*.

2611038400

Aviso n.º 14 765/2007

Para os devidos efeitos torno público que esta Câmara Municipal, por meu despacho de 27 de Julho de 2007, celebrou contrato de trabalho a termo resolutivo, por urgente conveniência de serviço, nos termos da alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, pelo período de dois meses, com início em 1 de Agosto de 2007, com Maria de Fátima Firmino Tiago, auxiliar dos serviços gerais.

1 de Agosto de 2007. — O Vice-Presidente da Câmara, *Fernando Francisco Teixeira de Barros*.

2611038469

Aviso n.º 14 766/2007

Torno público, para os devidos efeitos, que, por despacho do presidente da Câmara Municipal de 12 de Julho de 2007, nos termos do n.º 1 do artigo 139.º da Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, foi prorrogado por 12 meses o contrato de trabalho a termo resolutivo